

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS-ICHS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

*A teoria dos silogismos: o primado do “intelecto
intuitivo” na analítica aristotélica*

Sávio Laet de Barros Campos
Cuiabá, 2010.

Sávio Laet de Barros Campos

A teoria dos silogismos: o primado do “intelecto intuitivo” na analítica aristotélica

Trabalho da disciplina Questões Filosóficas V, do Prof. Dr. Walter Gomide do Nascimento Júnior do Curso de Especialização em Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso.

Cuiabá, 2010

1. Introdução e contextualização crítica

Este trabalho versa sobre a “teoria silogística” aristotélica, com especial enfoque para o *silogismo científico* ou *demonstração*, bem como para os seus fundamentos que residem na *indução* e precipuamente na *intuição*. Como preâmbulo necessário, vamos arrazoar alguns pressupostos daquele que foi considerado o “fundador da lógica”.

Antes de tudo, importa dizer que Aristóteles não usou o termo “lógica” em seus escritos. Este parece ter sido usado pela primeira vez por Cícero (106- 43 a.C), sendo consolidado por Alexandre de Afrodísia (198- 209 d. C), embora, ao que tudo indica, tenha origem estóica. Aristóteles denominava “analítica” o que hoje designamos por “lógica”. O termo vem do grego *análysis* e significa “resolução”. Foi por isso, inclusive, que Aristóteles intitulou dois de seus escritos “lógicos” de *Analíticos*.

A analítica não está compreendida nos quadro das ciências aristotélicas. Com efeito, ela não visa à *produção* de algo como as *ciências poiéticas*, nem à *ação moral* como as *ciências práticas*, tampouco pertence às *ciências teoréticas*. Ao mesmo tempo, a *analítica* está presente em todas as ciências, uma vez que a ela cabe traçar o “método” adequado para qualquer discurso que pretenda obedecer a um *rigor científico*, isto é, *probatório*.

Com isto entendemos também o sentido do termo *organon*, introduzido por Alexandre de Afrodísia para designar a lógica em seu conjunto e, posteriormente, também o conjunto dos escritos lógicos de Aristóteles. Na verdade, *organon* significa “instrumento”. Ora, o termo “instrumento” define bem a função da *analítica*, pois, em Aristóteles, ela é instrumento de todo discurso que aspire a ter um caráter *demonstrativo*. Decerto que as “obras lógicas” do Estagirita não foram compostas conforme estão dispostas no *Organon*. Todavia, para bem compreendê-las, mister é lê-las segundo a ordem em que foram arroladas no *Organon*.

Passemos a breves considerações acerca da ordem dos escritos analíticos, segundo se encontram coligidos no *Organon*. Isto nos ajudará a melhor circunscrever o nosso tema. Toda lógica aristotélica gira em torno da *teoria dos silogismos*. Agora bem, os silogismos são compostos de juízos ou *proposições* e estes, por sua vez, de *termos* e *conceitos*. Por isso, os dois primeiros livros do *Organon* são: a) *Categorias*, no qual Aristóteles trata dos *termos* e *definições*, b) *Sobre a Interpretação*, no qual ele versa sobre os *juízos* ou *proposições*.

Os dois livros discriminados são seguidos pelos *Primeiros Analíticos*, que tratam dos *silogismos em geral*, isto é, considerando-os apenas do ponto de vista da sua *correção formal*,

e pelos *Segundos Analíticos*, que rezam acerca dos *silogismos* que, além de formalmente corretos, são verdadeiros. Destarte, são nos *Segundos Analíticos* que Aristóteles trata do chamado *silogismo científico*, que consiste na verdadeira *demonstração*.

Ora bem, como um silogismo, cuja *conclusão* seja verdadeira, precisa necessariamente proceder de *premissas verdadeiras*, nos *Segundos Analíticos* é abordada também a questão de como podemos *obter* estas mesmas *premissas verdadeiras*. Finalmente, estão compiladas no *Organon* duas outras obras, quais sejam: os *Tópicos*, que trata do *silogismo dialético*, ou seja, daquele silogismo formado por premissas fundadas na *opinião*, isto é, em afirmações aceitas por todos ou quase todos e cuja veracidade é somente *provável*, e as *Refutações Sofísticas* – que, originalmente, deveria ser o nono livro dos *Tópicos* – que trata daqueles silogismos que só parecem concluir, mas que, na verdade, não concluem senão em virtude de algum erro de raciocínio. Assim encontram-se elencados os livros que compõem o *Organon*.

Passaremos a coligir, sucintamente, os movimentos do presente texto. Antes de qualquer coisa, tentaremos delimitar qual o lugar do *termo* e da *definição* na *proposição*, segundo as *Categorias*. Depois faremos a inquirição a fim de saber o que é um *juízo* ou uma *proposição*, segundo o *Sobre a Interpretação*. Em seguida, trataremos do silogismo enquanto tal, ou seja, tomado apenas em sua formalidade.

Após isso, versaremos acerca do *silogismo científico*: qual a sua constituição, como obtemos as suas premissas e quais os *princípios de demonstração* a que deve obedecer. Neste momento, tentaremos salientar o fato de a base da *ciência aristotélica* estar consignada no *silogismo científico* ou *demonstração*, que nos remete, em última análise, à *intuição* dos *primeiros princípios*, como ao seu *fundamento último*. Finalizaremos, enfim, tentando determinar qual seja o lugar que ocupa, na lógica Aristotélica, os *silogismos dialéticos* e *erísticos*, segundo no-los apresenta, respectivamente, os *Tópicos* e as *Refutações Sofísticas*.

Para discorrermos sobre estes itens, além das fontes perfiladas acima, lançaremos mãos de uma bibliografia clássica, a saber, *Storia della filosofia antica, in cinque volumi*, do historiador e estudioso da filosofia italiano, Giovanni Reale. Disporemos da edição brasileira – *História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles* – lançada pelas *Edições Loyola* e trazida para o vernáculo por Marcelo Perine e Henrique Cláudio de Lima Vaz. A edição da qual faremos uso remonta ao ano de 1994.

Feito este breve próêmio, passemos ao desenvolvimento do que concerne ao nosso tema.

2. Desenvolvimento

2.1. Os termos e as definições

A começar pelos elementos mais simples da lógica, encontraremos os “termos” que, quando combinados, dão origem à *proposição*. Entretanto, quando, no processo *analítico*, *rompemos* qualquer *nexo* entre estes termos com a proposição, obtemos palavras “sem conexão”, tais como: “homem”, “vence”, “corre”, etc. Ora, estes termos, segundo Aristóteles, são sempre redutíveis a uma das suas *dez categorias*, que enumerou na *Metafísica*:

Das coisas que se dizem sem qualquer conexão, cada uma significa ou a *substância*, ou *quantidade*, ou a *qualidade*, ou a *relação*, ou o *onde*, ou o *quando*, ou o ser numa *posição*, ou o *ter*, ou o *fazer*, ou o *padecer*.¹

Portanto, quando *decompomos* uma proposição para obtermos os seus termos, encontramos neles, em última análise, sempre uma das categorias. Tomemos uma proposição como exemplo: “Sócrates corre”. Agora, decompomo-la: “Sócrates”, “corre”. Ora, “Sócrates” entra na categoria da “substância” e “corre” é redutível à categoria do “fazer”. Outro exemplo: “Sócrates está agora no Liceu”. Decompondo esta proposição, teremos: “Sócrates”, que é redutível à categoria da “substância”; “no Liceu”, redutível à categoria do “onde” e, “agora”, que é redutível à categoria do “quando”. Ora bem, sendo que a categoria substância constitui *o ser que existe por si* e no qual existem todos os outros, é claro que, numa *proposição*, a *substância* se comportará como *sujeito* e os demais termos como *predicados* que subsistem neste sujeito.

Ademais, é preciso dizer que, quando se encontram fora de qualquer *laço* com a proposição, os termos que a compõem não são passíveis de serem verdadeiros ou falsos. Isto somente será possível quando se encontrarem ligados na proposição. De fato, os termos de uma dada proposição não serão verdadeiros ou falsos quando tomados isoladamente, mas apenas quando, expressos num juízo, estiverem na proposição, que exprime este juízo. Por

¹ ARISTÓTELES. *Categorias*. 4, 1 b 25-27. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 453.

exemplo: “homem”, “branco”, “corre”, “vence”. Ora, de nenhum destes termos pode ser dito que é verdadeiro ou falso:

Estas coisas que elencamos, tomadas uma a uma, em si e por si, não constituem uma afirmação, a qual é gerada pela sua recíproca conexão; e, de fato, toda afirmação, como parece, é verdadeira ou falsa, mas das coisas ditas sem nenhuma conexão, nenhuma é verdadeira ou falsa, por exemplo: “homem”, “branco”, “corre”, “vence”.²

Agora bem, as categorias, nas quais se reduzem, em última análise, todos os termos de uma proposição, são *gêneros supremos* e, portanto, alheios a qualquer definição. Também os *indivíduos*, que figuram na proposição – “Sócrates”, por exemplo – são indefiníveis, mas por razões opostas às das categorias. Com efeito, trata-se, desta feita, de coisas muito *particulares*, de modo que delas só podemos ter uma *captação puramente empírica*. Todavia, entre os gêneros e os indivíduos, há uma série de elementos que podemos conhecer por *definição*, e são eles que constituem os *conceitos* encontrados nas proposições. Explica Reale:

Mas entre as categorias e os indivíduos há toda uma gama de noções e conceitos, que vão do mais geral ao menos geral, e são os que, normalmente, constituem os termos dos juízos e das proposições que formulamos (o nome que indica o indivíduo só pode aparecer como sujeito). Todos esses termos, que estão entre a individualidade dos indivíduos, nós os conhecemos, justamente, através das definições (*horismós*).³

Mas o que é definir? Deveras é mais do que explicar o significado etimológico ou semântico de uma palavra; *definir é determinar o objeto que esta palavra indica*. E para definir uma palavra é preciso discernir duas coisas acerca dela: o *gênero* e a *diferença*. Em termos escolásticos: “gênero próximo” e “diferença específica”. Tomemos um exemplo de definição, a fim de melhor elucidarmos o que dissemos: “o homem é um animal racional”. Ora, “animal” indica o *gênero próximo* da *substância* homem; já *racional* designa a sua *diferença específica*. Pois bem, no exemplo que demos podemos perceber outra coisa, a saber, que a definição aristotélica diz respeito à substância, isto é, ela expressa a *forma* ou *essência* da coisa. Pontua Reale:

² ARISTÓTELES. *Categorias*. 4, 2 a 4-10. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 454.

³ REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 455.

Por isso, explica-se bem a definição aristotélica da definição, como “o discurso que exprime a essência, ou o ‘discurso que exprime a natureza das coisas’, ou ‘o discurso que exprime a substância das coisas’”.⁴

Importa ressaltar, porém, que estas definições individuais, isto é, isoladas de outras definições, só poderão ser consideradas *válidas*, nunca *verdadeiras* ou *falsas*. O verdadeiro e o falso só são atribuíveis quando ocorre a *união* ou *separação* de conceitos e isto só se dá no âmbito *do juízo* e da *proposição*.⁵

2.2. As proposições

Quando unimos os termos ou os conceitos e passamos a afirmar ou a negar algo de alguma coisa, estamos emitindo um *juízo*. A *expressão lógica* deste juízo é denominada *proposição*. Aristóteles não tem uma terminologia fixa sobre isto. O que costumamos chamar juízo, ele simplesmente designa por: *apóphasis* (*negação*) e *katáphasis* (*afirmação*). O que chamamos *proposição* é por ele indicado com o termo *prótasis*. De resto, o juízo ou proposição se distingue de frases que apresentem um caráter de *súplica*, *invocação*, *exclamação*, etc. Tais discursos pertencem ao âmbito da *retórica* ou da *poética*. O discurso lógico é estritamente *apofântico* ou *declaratório*.

Já o juízo nos faz conhecer o *nexo* existente entre um *predicado* e um *sujeito*. É no juízo, isto é, na *afirmação* ou *negação*, que ocorre o verdadeiro e o falso. Tem-se o verdadeiro quando o juízo conjuga o que realmente é conjugado ou separa o que realmente é separado, e tem-se o falso quando o juízo separa o que, na verdade, está conjugado ou quando conjuga o que, na realidade, está separado. A primeira distinção que se pode fazer entre os juízos é entre *juízos afirmativos* e *negativos*. Quando o juízo está a afirmar algo de alguma coisa ele é afirmativo, quando ele nega algo de alguma coisa ele é negativo. Pode-se ainda distinguir os juízos pela “quantidade”, isto é, pela “extensão” do sujeito. Sob esta perspectiva, os juízos

⁴ *Idem. Op. Cit.* p. 455.

⁵ *Idem. Op. Cit.*: “Naturalmente, vale para a definição dos conceitos individuais tudo o que dissemos das categorias: uma definição será válida ou não, mas nunca *verdadeira* ou *falsa*, porque verdadeiro e falso implicam sempre na união ou separação de conceitos, e *isso só ocorre no juízo e na proposição (...)*”.

dividem-se em: *juízos universais*⁶, *juízos individuais* ou *singulares*⁷ e *juízos particulares*⁸ ou *indefiníveis*, como dizia o próprio Aristóteles. Quanto às *proposições contraditórias universais* e *singulares*, ou uma ou outra é sempre falsa. Quanto às *proposições contraditórias particulares*, poderão ser *conjuntamente verdadeiras*. Por exemplo: “um homem é branco, outro não é”.

Mas nós não apenas unimos ou separamos sujeitos e predicados, senão que por vezes também expressamos o *modo* como os unimos ou os separamos. Aristóteles analisa também estes modos. Podemos afirmar “tal sujeito é”, ou podemos dizer “tal sujeito deve ser”, ou ainda, “tal sujeito pode ser”. São modos diferentes de afirmar ou negar, de unir ou separar o sujeito do predicado. Com efeito, às vezes as nossas afirmações expressam uma *necessidade*. Por exemplo: “Deus deve existir”. Outras vezes elas exprimem apenas uma *possibilidade*: “Deus pode existir”. Ou podem ainda exprimir uma simples *existência*: “Deus existe”.

2.3. O silogismo

No juízo, pura e simplesmente, ainda não *raciocinamos*, apenas afirmamos ou negamos algo de alguma coisa. Na proposição ainda não há raciocínio. Tampouco há raciocínio quando elencamos *proposições desconexas* entre si. Na verdade, o raciocínio acontece quando passamos de juízo em juízo, ou seja, de proposição a proposição estabelecendo os nexos existentes elas, de forma que uma passa a ser *causa* da outra, ou seja, uma passa a ser *antecedente* e a outra *consequente*. Isto é o *silogismo*: *o raciocínio no qual a conclusão brota qual consequência necessária das suas antecedentes*.

O silogismo é comumente composto de *três proposições*. As duas primeiras são chamadas *premissas antecedentes*, sendo que a terceira é dita *conclusão* ou *consequente*, porquanto brota das suas *antecedentes*. O silogismo é ainda composto de *três termos*, sendo que um deles serve de apoio que une os demais. Analisemos mais de perto a estrutura do silogismo, por meio de um exemplo clássico:

⁶ Exemplos: “Todos os homens são brancos”; ou: “Nenhum homem é branco”

⁷ Exemplos: “Sócrates é branco”; ou: “Sócrates não é branco”.

⁸ Exemplos: “Um homem é branco”; ou: “Alguns homens são brancos”

Se todos os homens são mortais,
E se Sócrates é homem,
Sócrates é mortal

Observe que o termo “homem” é aquele que possibilita a união do sujeito “Sócrates” com o predicado “mortal”. Em lógica este termo é chamado de “termo médio”. A primeira das premissas – “Se todos os homens são mortais” – é chamada de “premissa maior”, a segunda – “e se Sócrates é homem” – de “premissa menor”. Os dois termos unidos na conclusão chamam-se: *extremo menor*, no caso do sujeito “Sócrates”, e *extremo maior*, no caso do predicado “mortal”. O *termo médio* determina a *figura (schémata) do silogismo*. Ora, ele pode-se apresentar de três formas: 1) pode ser sujeito na premissa maior, predicado na menor, 2) pode ser predicado tanto na maior quanto na menor, 3) ou pode ser sujeito em ambas. Apresentamos a mais clássica e aquela que Aristóteles identifica como a mais clara figura silogística.

Cada uma destas figuras pode se multiplicar, pois as próprias proposições que compõem podem variar: pela “quantidade”: *universais* ou *particulares* e pela “qualidade”: *afirmativas* ou *negativas*. De sorte que o Estagirita conclui que podem existir *quatro modos* válidos da *primeira figura*, *quatro da segunda* e *seis da terceira*. Há ainda uma série de regras que o Estagirita estabelece. Ele fala do *silogismo perfeito* e do *imperfeito* e também de como reduzir o segundo ao primeiro; discorre sobre os modos de reduzir os silogismos das outras figuras no da primeira e os critérios para estabelecer estas transformações.

Disserta ainda acerca da *silogística modal*, que se divide segundo os juízos que a compõem, conforme estes sejam de *simples existência*, de *necessidade* ou de *possibilidade*. Sobre todos estes pormenores, não nos deteremos com minudência, dado o espaço limitado e também pela irrelevância que estas distinções foram adquirindo no desenvolvimento posterior da *teoria dos silogismos*. Observe-se, além disso, que ainda não colocamos em questão, *ex professo*, a verdade ou não dos silogismos; por hora estamos atendo-nos apenas à forma do silogismo. Cumpre-nos saber, neste momento, somente como ele se nos pode apresentar de *forma válida*. Tendo presente o que já examinamos, podemos agora ouvir do próprio Aristóteles, a sua definição de silogismo:

Silogismo é um discurso (isto é, um raciocínio) no qual, postos alguns dados (isto é, premissas) segue necessariamente algo diferente deles, pelo simples fato de terem sido postos. E com a expressão “pelo simples fato de terem sido postos” entendo o que se segue por força deles e, ulteriormente, com a expressão “o que se segue por força

deles”, entendo o fato de não precisar de nenhum outro estranho em acréscimo para que tenha lugar a necessidade.⁹

2.4. O silogismo científico ou demonstração

O *silogismo científico* ou *demonstração*, diferentemente do *silogismo enquanto tal*, que só se preocupa com a *correção formal das inferências*, prescindindo do *valor de verdade* das *premissas*, preocupa-se também com o *valor de verdade* das *premissas* e, conseqüentemente, da *conclusão*. Tal espécie de silogismo é essencial para se compreender com exatidão a “teoria da ciência” aristotélica, porque é ele que produz a ciência em Aristóteles, na medida em que se ocupa também do valor de verdade das suas premissas e conclusões.

Desta feita, para entendê-lo, cuida definir quando ocorre a ciência em Aristóteles. Ora, esta acontece quando conhecemos a *causa formal* das coisas, isto é, a *essência* ou *substância* delas. E é justamente a *substância* ou *essência* da coisa que o *silogismo científico* almeja alcançar. De maneira que, se as ciências aristotélicas se definem como uma busca constante pela *substância* das coisas, a *lógica*, que é o *instrumento* de todas as ciências, mediante o *silogismo científico ou demonstração*, também se afigura como sendo uma pesquisa com o fito de se conhecer a *substância* das coisas.

Agora bem, para atingir a substância, a essência ou a forma das coisas, as premissas do silogismo científico precisarão obedecer a certos critérios rigorosos. Antes de tudo, precisarão ser *verdadeiras*, como já dissemos; ademais, precisarão ser *primeiras*, isto é, não dependerem de ulteriores demonstrações, ou seja, serem *inteligíveis por si*; finalmente, precisarão ser mais *universais* do que as conclusões, a fim de que possam conter as suas razões. Mas ouçamos o próprio Aristóteles definindo o que entende por silogismo científico ou demonstração:

Afirmamos haver ciência de alguma coisa (...) quando conhecemos a causa em virtude da qual é a coisa, quando aquela é, justamente, a causa da coisa e não é possível que seja de outro modo (...).

⁹ ARISTÓTELES. *Primeiros Analíticos*. A 1, 24 b 18-22. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 458.

Conseqüentemente é impossível que aquilo do qual há ciência em sentido próprio seja diferente de como é. (...) por agora, digamos que ter ciência é *saber por demonstração*. Chamo demonstração o silogismo científico, chamo científico o silogismo com base no qual, pelo fato de possuí-lo, temos ciência. Então, se ter ciência é como dissemos (isto é, conhecer a causa), é necessário que a ciência demonstrativa proceda de prótases verdadeiras, primeiras, imediatas, mais conhecidas, anteriores e causas das conclusões. Deste modo, com efeito, os princípios serão também pertinentes ao demonstrado. O silogismo, de fato, subsiste também sem essas conclusões, *enquanto a demonstração não pode subsistir sem elas, já que não produziria ciência*.¹⁰

2.4.1. Indução e intuição

Entretanto, cabe aqui uma outra questão: como obter estas *premissas universais, verdadeiras* e que não dependem de qualquer demonstração ulterior, posto que inteligíveis e claras por si mesmas? Aristóteles fala da *indução* e da *intuição*. Estes dois processos se opõem ao *raciocínio dedutivo*, que ocorre no *silogismo*, mas, ao mesmo tempo, são pressupostos indeclináveis de todo *silogismo científico*. A *indução* é o processo pelo qual se extrai o particular do universal. Ela começa pela experiência dos dados particulares e ocorre quando abstraímos destes dados um enunciado universal.¹¹

A *intuição*, diferentemente da indução, é a pura *captação dos primeiros princípios*. Não há nela nem mesmo aquela abstração, ou seja, aquela passagem do universal para o particular, ela é *imediate e não discursiva*. Ora, colocando a *intuição* como fundamento do saber discursivo, Aristóteles revela que o conhecimento discursivo supõe um conhecimento

¹⁰ ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos**. A, 2, 71 b 9-25. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 461.

¹¹ Embora, isoladamente, Aristóteles tenha chegado a tentar tratar a indução silogisticamente, ele não somente não logra êxito nesta empresa, como reconhece habitualmente que ela não se dá por raciocínio, mas por intuição. De fato, embora a indução se distinga da intuição enquanto tal, ela não ocorre sem esta. É o parece asseverar Reale: REALE. *Op. Cit.* p. 463: “Embora Aristóteles, nos *Analíticos*, tente mostrar que a própria indução pode ser silogisticamente tratada, não só não consegue, mas essa tentativa permanece totalmente isolada e, em geral, ele reconhece que a indução não é um raciocínio, mas um ‘ser conduzido’ do particular ao universal por uma espécie de visão imediata ou intuição, ou como quer que se queira chamar esse conhecimento não-mediato, ou ainda, se se prefere, por um procedimento no qual o ‘meio’, em certo sentido, é dado pela experiência dos casos particulares (a indução é, substancialmente, o processo abstrativo).” Ora, como a própria *indução* parece também ter por gênese uma *intuição*, ao longo deste texto daremos mais acento à *intuição*, que se nos apresenta, enfim, como sendo a *origem de todo conhecimento*.

não discursivo, e que o saber mediato pressupõe um saber imediato. Enfim, que o conhecimento científico, isto é, aquele que procede de uma demonstração, se baseia, em última instância, num conhecimento não científico. De resto, o Estagirita antepõe o *intelecto intuitivo* ou a *intuição intelectual* ao próprio conhecimento científico, no sentido preciso de que aquele é o princípio deste. Eis como o próprio Estagirita esclarece a questão:

Dado que dos hábitos racionais com os quais captamos a verdade, alguns são sempre verdadeiros, enquanto outros admitem o falso, como a opinião e o cálculo, enquanto o conhecimento científico e a *intuição* são sempre verdadeiros, e dado que nenhum outro gênero de conhecimento é *mais exato que o conhecimento científico, exceto a intuição* e, por outro lado, os princípios são mais conhecidos que as demonstrações, e dado que todo conhecimento científico constitui-se de maneira argumentativa, não pode haver conhecimento científico dos princípios, e dado que não pode haver *nada mais verdadeiro que o conhecimento científico, exceto a intuição*, a intuição deve ter por objeto os princípios. Isso resulta na pesquisa, não só a quem faz essas considerações, mas também do fato de o princípio de demonstração não ser uma demonstração; conseqüentemente, o princípio do conhecimento científico não é científico. Então, se não temos nenhum outro gênero de conhecimento verdadeiro além da ciência, a intuição será princípio da ciência. A intuição, então, pode ser considerada princípio do princípio, enquanto a ciência, no seu conjunto, é princípio com relação à totalidade do que é seu objeto.¹²

2.4.2. Os princípios de demonstração

Alguns dentre estes *axiomas*¹³ são comuns a todas as ciências, porque são pressupostos de toda e qualquer demonstração. São chamados de *primeiros princípios* ou *princípios transcendentais*, porque estão *implícitos* em qualquer pensamento. Por isso mesmo são maximamente indemonstráveis, visto que toda demonstração os pressupõe. São eles: o princípio de não contradição, que pode ser enunciado da seguinte forma: *não se pode afirmar e negar do mesmo objeto, ao mesmo tempo, e sob o mesmo aspecto, predicados contraditórios*, e o princípio do terceiro excluído, que se pode formular assim: *não é possível*

¹² ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos**. B 19, 100 b 5-17. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 463.

¹³ Proposições auto-evidentes.

que exista um termo médio entre dois contraditórios. O chamado *princípio de identidade*, que está implícito na doutrina de Aristóteles, não foi por ele expresso.

2.5. O silogismo dialético e o silogismo erístico

Como vimos o silogismo enquanto tal ocupa-se somente da correção formal das inferências e o silogismo científico, além da correção formal das inferências, preocupa-se também com a verdade das premissas que, ademais, devem ter aqueles atributos que acima enumeramos. Ora, o *silogismo dialético* ocupa-se apenas de *premissas prováveis*, isto é, aceitas por todos ou pela grande maioria. Destarte, tal silogismo não produz ciência, porquanto a sua conclusão – tal como as suas premissas – são apenas *prováveis*.

No entanto, Aristóteles aponta várias utilidades para o *silogismo dialético*. A primeira delas é a própria *dialética* ou *discussão*. Na verdade, estamos suscetíveis de entrar em discussão com pessoas que tenham pontos de vistas diferentes dos nossos, e essas pessoas nem sempre tomam por base as regras do *silogismo científico*. Ora, para que possamos sintonizar-nos com elas, precisamos partir de certos pressupostos que, conquanto sendo apenas *prováveis*, são, contudo, aceitos por elas, e possibilitam assim a *discussão*. E mesmo quando a discussão se dá acerca dos enunciados dos sábios, faz-se mister nos valermos do *silogismo dialético*, pois os sábios, embora sejam unânimes em algumas questões, em várias outras não são unânimes. Por isso, urge que tomemos como verdadeira aquela opinião que, conquanto não seja aceita por todos eles, é aceita pela maioria deles ou ao menos pelos mais célebres e ilustres. Explica Aristóteles:

Dialético é, por outro lado, o silogismo que conclui de elementos fundados na opinião. (...) Fundados na opinião são, ao contrário, os elementos que se mostram aceitáveis a todos, ou à grande maioria, ou aos sábios, e entre esses, ou a todos, ou à maioria deles, ou aos especialmente célebres e ilustres.¹⁴

Há ainda outra utilidade do *silogismo dialético*, aliás, a mais conveniente a ele, segundo Aristóteles. De fato, embora os primeiros princípios de cada ciência sejam obtidos

¹⁴ ARISTÓTELES. *Tópicos*. A 1, 100 a 18-b 23. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 466.

por via de indução ou por intuição e, por isso mesmo, sejam em si mesmos indemonstráveis, porquanto evidentes por si e pressupostos de toda e qualquer demonstração possível, eles podem, porém, ser *justificados*. Ora, a determinação de quais sejam estes princípios em cada uma destas ciências, e até mesmo quais sejam os princípios transcendentais válidos para todas as ciências, bem como qual a melhor forma de enunciá-los e a sua *justificação*, só pode ser elaborada mediante uma discussão, que se dá através de silogismos dialéticos que aceitam o que é dito pela maioria ou pelos sábios e que não pretendem, ademais, ser demonstrativos. De fato, cada ciência nada pode dizer acerca da validade dos seus próprios princípios, pois todo o seu discurso supõe estes mesmos princípios. Logo, urge é que a dialética venha em socorro das ciências, remetendo-as aos seus princípios próprios, inobstante não os possa demonstrar. Diz Aristóteles:

Este tratado é também útil com relação aos primeiros dentre todos os elementos que dizem respeito a cada ciência. Partindo, de fato, dos princípios próprios da ciência em exame, é impossível dizer qualquer coisa a respeito dos próprios princípios, pois estes são os primeiros dentre todos os elementos, *e é assim necessário penetrá-los através dos elementos fundados sobre a opinião, que dizem respeito a cada objeto*. Esta, ademais, é a atividade própria da dialética ou, pelo menos, aquilo que mais lhe convém, com efeito, empenhada na pesquisa, ela remete aos primeiros princípios de todas as ciências.¹⁵

Há, ainda, os silogismos cujas premissas só *aparentemente* partem do que é aceito por todos. Ora, a estes silogismos Aristóteles chama de *silogismos erísticos*. Existem, além disso, aqueles silogismos que *parecem concluir*, mas na verdade não *concluem*, porque, se chegam a concluir, é somente em virtude de algum erro. Tais *erros lógicos* são chamados pelo Estagirita de *paralogismos*.

Decerto ficamos bem aquém de exaurir a analítica aristotélica. Esperamos, contudo, ter conseguido delinear os principais tópicos da “lógica aristotélica”, dando atenção específica e fazendo tudo convergir para a “teoria dos silogismos”, mormente para o silogismo científico e seu fundamento que se encontra *intuição*, e que, segundo julgamos, é o ponto mais importante da analítica de Aristóteles. Passemos, pois, às considerações finais deste trabalho.

¹⁵ ARISTÓTELES. *Tópicos*. A, 2, 101 a 36-b 4. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. pp. 466 e 467.

3. Conclusão

Toda *analítica aristotélica* se desenvolve em função do silogismo, máxime do silogismo científico ou demonstração. Ora, como o *silogismo* é formado de *proposições* e estas são formadas por *termos* e *conceitos*, nas *Categorias*, Aristóteles estuda os *termos* e as *definições* e no *Sobre a Interpretação*, perquiri acerca das *proposições*. Já nos *Primeiros Analíticos* aborda os *silogismos* no que concerne à *correção formal* das suas *inferências*, enquanto que nos *Segundos Analíticos* discorre sobre os *silogismos científicos* ou *demonstrações* conducentes à *ciência*. Nos *Tópicos* disserta acerca dos *silogismos dialéticos* e nas *Refutações Sofísticas* arrazoia sobre os *silogismos erísticos* e *paralogismos*.

O *silogismo científico*, do qual nasce a *ciência*, é o centro da *teoria silogística aristotélica*. Condizente ao que dissemos, a própria *analítica aristotélica*, que está centrada no *estudo dos silogismos*, existe em virtude da sua *teoria da ciência*, que se baseia, por sua vez, na pesquisa da *substância* ou *essência*. Desta feita, o *silogismo científico* ou *demonstração* é aquele que nos faz conhecer a *natureza* ou a *forma* das coisas e por isso é o mais importante. No entanto, o ponto nevrálgico ainda não está aí e sim no fato de se reconhecer que o *fundamento da ciência ou demonstração aristotélica se encontra na intuição e na indução*. Com efeito, a base do *silogismo científico* e da própria *ciência* em Aristóteles não é o *raciocínio*, mas é a *intuição dos primeiros princípios*, que não são demonstráveis, porque evidentes por si.

Desta sorte, o primado do *intelecto intuitivo* ou da *intelecção intelectiva* em Aristóteles. Sem embargo, sem ela (*intuição intelectiva*) a própria possibilidade de uma *ciência fundada em premissas por si mesmas verdadeiras* estaria fadada ao fracasso. Antes da *demonstração* e da própria *ciência* enquanto conhecimento discursivo está a *intuição*, que não é um dado científico, porquanto não é suscetível de demonstração, mas sem a qual, *nem a demonstração e nem a ciência seriam possíveis*.

A bem da verdade, nem o *pensamento* seria possível sem a *intuição*, posto que os *primeiros princípios* da razão que *intuímos* são a base para qualquer *raciocínio*. Eis identificada a primazia da *intuição* no cerne das *ciências aristotélicas*. O saber mediado proporcionado pelo *raciocínio* é condicionado por um saber de caráter imediato, a *intuição*. Encerramos com a citação de uma passagem bastante elucidativa do Prof. Reale, que exemplifica de forma luminosa o que temos tentado exprimir ao longo do texto:

A intuição é (...) a captação pura dos primeiros princípios. Portanto, também Aristóteles admite o intelecto intuitivo. (...) o conhecimento discursivo supõe um conhecimento não-discursivo, a possibilidade do saber mediato supõe, necessariamente, um saber imediato.¹⁶

¹⁶ REALE. *Op. Cit.* pp. 463 e 464.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

ARISTÓTELES. **Categorias**. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **Primeiros Analíticos**. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **Segundos Analíticos**. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **Tópicos**. In: REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994.

Bibliografia:

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga: II Platão e Aristóteles**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. pp. 449 a 470.